

INCENTIVO À TITULAÇÃO DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA-BA EM PARCERIA COM A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)

Tainá dos Santos de Souza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Jenyffer Novais Oliveira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Rafaela Matos Dias

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Lorena de Almeida Ribeiro

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o processo de formação continuada de Professores em efetivo exercício da função no curso de Mestrado. O estudo está baseado na meta do Plano Municipal de Educação de Itapetinga-BA que trata sobre essa questão. Abordaremos questões sobre o possível incentivo do Município para essa titulação dos seus Professores em parceria com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). A pesquisa foi realizada a partir de um estudo de campo com abordagem qualitativa. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista realizada por meio do Google Meet, com duas docentes que fizeram esta formação. Discutimos questões relacionadas ao Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005/2014), dialogando sobre Avaliação e Monitoramento de instrumentos e planejamento e outros aspectos legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-9.394/96) e Constituição Federal (CF-1988) para compor nosso estudo. Os resultados demonstram que o Município em parceria com a UESB, mesmo diante das dificuldades, ofereceu condições que incentivam a titulação dos docentes em curso de Mestrado, contribuindo consequentemente para o atendimento da meta do atual PNE e PME (1.275/2015), o que pode ter acarretado a superação da meta já no início da vigência do Plano.

Palavras-chave: Formação Continuada. Mestrado. Valorização Docente.

Primeiras Palavras...

Ao longo desse artigo buscamos analisar e avaliar a Meta 13 do Plano Municipal de Itapetinga-BA (PME) que discute aspectos da valorização docente. A questão central levantada a partir deste objeto estudo: Em que medida o município e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia oferece condições que contribuam para atendimento da meta do Plano Municipal de Educação no que tange à titulação de professores? Assim, objetivamos analisar

e avaliar o incentivo do município a titulação de professores em parceria com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Itapetinga-BA, em 2020. Como já afirmado, a Meta 13 do Plano Municipal de Educação de Itapetinga-BA trata da Titulação de professor da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo em efetivo exercício.

A meta 13 tem o objetivo de “Ampliar, em regime de colaboração, a proporção de mestre e doutores do corpo docente, em efetivo exercício, no conjunto do Sistema Municipal de Educação, para que ao final da década deste PME, pelo menos 40% do corpo docente tenha mestrado e no mínimo 20% doutorado”. O objetivo da pesquisa é avaliar o cumprimento da meta 13 em relação ao incentivo do município à titulação de professores em parceria com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e também discutir a importância da titulação acadêmica para a carreira do professor.

A meta 13 do PME é composta por apenas 4 estratégias e todas se encontram em andamento, os objetivos delas são:

- 13.1) Fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade Territorial às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- 13.2) Prover parceria com o Estado e a União para ampliar a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação básica pública municipal;
- 13.3) Fomentar a qualidade da educação superior apoiando a ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação municipal;
- 13.4) Assegurar no Plano de Carreira a liberação do profissional, quando do corpo docente municipal em efetivo exercício, para curso stricto sensu sem perdas salariais;

Essa Meta visa promover a qualidade da educação superior e a titulação do corpo docente, o objetivo geral deste estudo é conhecer as condições que incentivam a titulação do quadro docente no município de Itapetinga, contribuindo para atendimento da meta 13 do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente no Brasil.

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de campo, que segundo Fonseca (2000) “caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa [...]”.

Segundo Gil (2007, p.17), a pesquisa é definida como:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão de resultados.

Trata-se assim de um estudo qualitativo. A pesquisa qualitativa é definida por Lakatos (2003) como sendo

Lakatos, afirma que: Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (...) Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los (LAKATOS, 2003, p. 186).

Como meio de coleta de dados foi realizada através de entrevista técnica definida por Ribeiro

Expõe que a entrevista é a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, permite conhecer atitudes, sentimentos e valores implícitos ao comportamento, podendo ir além das descrições de ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores (RIBEIRO, 2008, p.13).

A Pesquisa foi realizada no município de Itapetinga-BA, e na Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB). O Artigo foi desenvolvido na disciplina Políticas Públicas Educacionais II que por conseguinte é conceito fundamental neste artigo, em Azevedo (2003, p. 38) encontramos que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Este artigo, como já dito, consiste em analisar uma Política Pública Educacional, ou seja, uma política que trate sobre a educação, e a política que escolhemos é sobre a titulação de professores da educação superior.

Para aprofundamento teórico dos conceitos e definições da temática abordada, buscamos referenciais sobre a importância e os benefícios da titulação de professores e baseamos nos marcos legais, ou seja, PNE, LDB entre outras.

Revisão Legal

Dentre as metas estabelecidas pelo PNE, tem-se a de nº 13, que se desdobra em 9 (nove) estratégias. O Plano Nacional de Educação (PNE) vigente (2014 a 2024), estabelecido pela Lei Federal nº 13.005 de 25/06/2014, tem como uma de suas metas, ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de

educação superior, exigindo das instituições de ensino superior empenho e alocação de recursos no sentido de promover a titulação de seus docentes.

Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

Essa meta estabelece dois objetivos:

Objetivo 1: Até 2024, garantir que, no mínimo, 75% dos professores da Educação Superior tenham Mestrado ou Doutorado.

Resultado parcial: Meta já foi cumprida: em 2016, o País possuía 78,2% de docentes com essa formação acadêmica.

Objetivo 2: Até 2024, assegurar que, no mínimo, 35% dos professores da Educação Superior possuam doutorado.
Resultado parcial: Meta já foi cumprida: em 2016, o Brasil possuía 39% de docentes com essa formação acadêmica.

A LDB nº 9394/1996, em seu art. 9º, determina a incumbência da União em “elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”. Nesse sentido, acrescenta em seu art. 10 que cabe aos entes federados estaduais a concepção, elaboração e execução de políticas e planos educacionais no âmbito estadual, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, de forma integrada e articulada com as ações dos respectivos Municípios. Complementa o art. 11 da citada lei que os Municípios têm a responsabilidade de “organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados” (BRASIL, 1996).

No inciso II do art. 52 da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei Federal nº 9.394/1996 determina que nas universidades, pelo menos um terço do corpo docente, deve ter titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, reforçando a necessidade de incentivos à titulação de professores que atuam nestas instituições.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

A Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) trata de forma superficial a formação de docentes que atuam no ensino superior, ao estabelecer em seu art. 66 que:

A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado. Parágrafo único: o notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a existência de título acadêmico (BRASIL, 1996).

O INEP mostra que a meta 13 do Plano Nacional de Educação (PNE) foi alcançada, pois mais de 80% dos docentes de instituições públicas e privadas possuem mestrado e/ou doutorado. Estava previsto no PNE que a proporção de docentes com mestrados e/ou doutorado no ensino superior deveria ser maior que 75%.

Referente ao Observatório do PNE a porcentagem de mestres e doutores no corpo docente das instituições de educação superior. Em 2014 a meta tinha atingido 74,2%, em 2020 esse percentual é de 82,2%, alcançando 75% da meta estabelecida até 2024). No Brasil a porcentagem de doutores e mestres chegou a 82,2%, um total de 327.150.

Porcentagem de doutores no corpo docente das instituições de ensino superior. Em 2014. Essa meta atingiu 34,7% e em 2024, 43,0%, o objetivo era alcançar 35% em 2024. No Brasil a porcentagem foi de 43,0%, tendo um total de 170.968.

Em relação aos estados, 15 deles já cumpriram a meta em 2016 e três se destacaram na meta 13 do PNE. O Rio Grande do Sul apresentou a maior porcentagem, com 81,9%, seguida pelo Rio de Janeiro, que atingiu 84,3%, e Ceará e Sergipe, ambos com 81,8%. Lembrando que cada estado e município devem possuir planos de educação com metas e estratégias condizentes com a realidade do local, sempre à luz do PNE. Dessa forma, os objetivos gerais podem variar de acordo com a região.

Percentual de Docentes com mestrado e Doutorado

Segundo o Relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que foi divulgado em 2019, mostra que, dentre 35 países com dados disponíveis, o Brasil está em terceiro com menor número de doutores no mundo. No País, a proporção de pessoas com doutorado era de 0,2% da população. A média dos países que compõem a OCDE tem 1,1%. Em relação às pessoas que possuem mestrado, o Brasil também fica bem afastado

da média. O País em 2019 tinha apenas 0,8%, entre 25 e 64 pessoas com mestrado, enquanto a média dos países integrantes da OCDE é de 13%.

Esses baixos índices estão ligados também ao baixo número de brasileiros com acesso ao ensino superior: só 21% da população entre 25 a 34 anos tem diploma de educação superior. Essa discrepância pode piorar ainda mais nos próximos anos, já que o governo federal vem cortando o financiamento de pesquisas. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC), anunciou o corte de 5.613 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado que estavam previstas para os quatro meses restantes do ano.

Além disso, o orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) vai cair em 87% no próximo ano. No dia 9 foi divulgado que o governo enviou proposta orçamentária que destina R\$ 16,5 milhões em material de pesquisa para o CNPQ, contra uma verba de R\$ 127,4 milhões de 2019.

O Brasil tem uma das piores taxas de Ensino Superior do mundo, segundo dados da OCDE. Além disso, estamos entre os três piores quando o assunto é doutorado. O Brasil é o país com menos pessoas com ensino Superior completo e com menores taxas de doutores. Apenas 21% dos brasileiros de 25 a 34 anos têm Ensino Superior completo, enquanto a média dos países que fazem parte da OCDE é em torno de 44%. Quando falamos de níveis mais altos de instrução, como mestrado e doutorado, os números são ainda mais desanimadores: apenas 0,8% das pessoas de 25 a 64 anos no Brasil concluíram o mestrado e 0,2% chegaram ao doutorado das 35 nações que disponibilizaram dados sobre o doutorado, o Brasil ficou entre as três piores. Um dos motivos desse problema é a falta de investimento na educação.

A quantidade de professores com titulação de doutor nas instituições de ensino superior segue em crescimento. No apanhado geral, que reúne os números da rede pública e particular, o número de doutores que lecionam na educação superior teve incremento de aproximadamente 6,4% de 2018 para 2019. Enquanto isso, o número de docentes que tem até a especialização ou mestrado apresentou queda no mesmo período.

Em 2014 a formação de mestres cresceu 823,7% no Nordeste, passando de 1.116 para 9.193. No caso do doutorado, o aumento foi ainda mais impressionante. Passou de 40 em 1996 para 2.392 em 2014, um salto de 5.980%.

O levantamento do CGEE aponta que, até 1996, o Sudeste dominava a formação de pós-graduandos no Brasil, com 68% da titulação de mestres e 89% de doutores. Desde então,

a pós-graduação tem se espalhado pelo País, reduzindo para 49% a formação de mestres e para 60% a de doutores na região em 2014.

Instituição parceira – UESB

Neste tópico iremos falar sobre a Instituição parceira a Universidade estadual do Sudoeste da Bahia - UESB que juntamente com o município estabeleceu o objetivo de formar um maior número de professores com mestrado no município de Itapetinga-BA e em seguida discutiremos a importância dessa titulação para a carreira dos professores. Em âmbito estadual o município de Itapetinga conta com o Campus Juvino Oliveira onde se encontra instalada a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, criada em 1980. Com quase quatro décadas de história, a Uesb é hoje uma das principais responsáveis pela formação de profissionais no interior da Bahia e Norte de Minas Gerais, sendo uma das principais referências de Ensino Superior do Norte/Nordeste brasileiro. A instituição oferta, anualmente, mais de três mil vagas, distribuídas em 47 cursos de graduação em Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista. Além de ofertar dezenas de cursos de graduação presencial e semipresencial, a Uesb também possibilita o ingresso em cursos de pós-graduação, como especializações, mestrados e doutorados, de qualidade reconhecida em todo o Brasil. Nos últimos anos, a Uesb ampliou o número de Programas de Pós-Graduação stricto sensu: atualmente, a Instituição oferece 21 cursos de Mestrado e seis cursos de Doutorado. Além disso, disponibiliza cursos de Pós-Graduação lato sensu. Na última década, mais de 60 Especializações foram ofertadas.

Os benefícios e importância da Titulação de professores são diversos, existem três tipos de titulação: mestre, doutor e o livre docente. Após a graduação para quem decidir continuar os estudos deverá escolher entre duas modalidades de pós-graduação; lato sensu e stricto sensu. A primeira modalidade é um curso voltado para alguma especialização, independente da área, o lato sensu é escolhido normalmente para auxiliar na profissão ou para desenvolver novas oportunidades no mercado de trabalho. Ao final do curso o aluno irá receber um certificado de conclusão e não um diploma, o lato sensu pode ser cursada presencial ou a distância, vale lembrar que as universidades que oferece o curso presencial, não necessita da aprovação ou reconhecimento do Ministério da Educação, diferente das universidades que optam por disponibilizar o curso a distância.

Para Romanowski (2009):

A formação continuada é uma exigência para os tempos atuais. Desse modo, pode-se afirmar que a formação docente acontece em continua, iniciada com

a escolarização básica, que depois se complementa nos cursos de formação inicial, com instrumentalização do professor para agir na prática social, para atuar no mundo e no mercado de trabalho (ROMANOWSKI, 2009, p. 138).

A pós graduação *Stricto sensu* é o curso assim como *lato sensu* só pode cursá-lo depois de uma graduação e está restrita aos cursos de mestrado e doutorado, o mestrado costuma ser realizado por alunos que desejam ser professores, no final do curso é apresentado uma dissertação que apresenta todo o estudo adquirido e defender os resultados e motivação da linha de pesquisa que foi escolhido. Já o doutorado prepara o docente para atuar no campo da pesquisa, o conhecimento fica mais aprofundado no que ele escolher para pesquisar e no final é necessário a defesa de uma tese mais aprofundada do que o mestrado.

É fundamental que o Mestre/Doutor tenha mais que certeza da sua responsabilidade: a formação do ser. Complementa-se, outrossim, aperfeiçoar o homem, melhorá-lo, aumentá-lo em humanidade. (...) Uma ‘formação’ para ser mais e melhor como pessoa e, nesta qualidade, professor” (BENTO, 1995, p.65). Tradicionalmente, a conquista da conclusão dos cursos de pós-graduação proporciona ao indivíduo as titulações Mestre e/ou Doutor.

Gadotti (1975) diz que Mestre é o indivíduo que busca a elevação de seus educandos objetivando a superação e transposição até dele mesmo por seus alunos. Tal ato se daria com o acompanhamento e supervisão do Mestre e progressivamente a autonomia e independência do educando se concretiza. Hoje, o título Doutor recebe um patamar mais prestigioso, tendo o título Mestre uma posição intermediária (STEINER, 2005).

Depois de um doutorado, o pesquisador pode subir mais um degrau, desenvolvendo sua tese sem ajuda de um orientador, se aprovado, o pesquisador torna-se um livre-docente. A importância da titulação traz benefícios tanto para os professores e para a universidade, quando o professor escolhe a titulação para a carreira, ele passa a ter mais reconhecimento nas universidades, com o mestrado\ou doutorado, amplia o conhecimento trazendo vários benefícios tanto acadêmico, quanto financeiro e, os docentes, conseqüentemente, passam a ter mais reconhecimento. Há um maior reconhecimento na comunidade acadêmica, não somente em termos de capacidade intelectual e histórico de realizações científicas, mas também financeiramente, pois se elevam no plano de carreira das instituições de ensino e, conseqüentemente, na remuneração profissional dos professores.

Sobre a remuneração profissional temos a Retribuição por Titulação (RT) que é uma gratificação devida aos docentes da carreira do Magistério Superior em conformidade com a jornada de trabalho, classe, nível e titulação comprovada, independentemente de cumprimento

de interstício. Ao ingressar na carreira o docente automaticamente recebe a RT de acordo com o título exigido para ingresso no cargo. Caso possua titulação superior à exigida, ou venha a adquirir após o ingresso na carreira, poderá requerer a RT referente àquela titulação se ainda estiver em estágio probatório. Se não estiver mais no período de estágio probatório, poderá requerer a aceleração da Promoção. Para isso é necessário que possua titulação de mestrado, doutorado ou especialização.

[...] a necessidade de contínuo aprimoramento profissional e de reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica, pois a efetiva melhoria do processo ensino-aprendizagem só acontece pela ação do professor; a necessidade de se superar o distanciamento entre contribuições da pesquisa educacional e a sua utilização para a melhoria da sala de aula, implicando que o professor seja também pesquisador de sua própria prática; em geral, os professores têm uma visão simplista da atividade docente, ao conceberem que para ensinar basta conhecer o conteúdo e utilizar algumas técnicas pedagógicas. (SCHNETZLER; ROSA, 2003, p.27).

Ainda Segundo Schnetzler (1996) apud Rosa (2003)

a formação continuada justifica-se por três razões: - a necessidade de contínuo aprimoramento profissional e de reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica, pois a efetiva melhoria do processo ensino-aprendizagem só acontece pela ação do professor; - a necessidade de se superar o distanciamento entre contribuições da pesquisa educacional e a sua utilização para a melhoria da sala de aula, implicando que o professor seja também pesquisador em sua própria prática; - em geral, os professores têm uma visão simplista da atividade docente, ao conceberem que para ensinar basta conhecer o conteúdo e utilizar algumas técnicas pedagógicas”. (Rosa, 2003, p. 27) (SCHNETZLER e ROSA, 2003, p.27).

A titulação é tão necessária que as universidades privadas fazem questão de mencionar que o seu corpo docente tem mestrado ou doutorado, automaticamente se o seu corpo docente tem capacidade e reconhecimento logo terá mais alunos que estão atrás de professores capacitados para ter uma graduação de qualidade, mas a universidades públicas tendem a ter mais professores com mestrado e doutorado do que as instituições privadas.

Segundo Carrascosa (1996, citado por Santos & Silva, 2009):

[...] a formação de um professor é um processo a longo prazo, que não se finaliza com a obtenção do título de licenciado (nem mesmo quando a formação inicial tiver sido de melhor qualidade). Isso porque, entre outras razões, a formação docente é um processo complexo para o qual são necessários muitos conhecimentos e habilidades, impossíveis de ser todos adquiridos num curto espaço de tempo que dura a Formação Inicial (p.4).

O docente deve sempre ir em busca de uma especialização, procurar se atualizar na sua área a continuação dos estudos não termina quando o mestrado ou doutorado acaba a lei necessita de

adequações de forma a garantir que as instituições de ensino se sintam estimuladas em melhorar a qualidade de seu corpo docente, além de incentivar que os professores se desenvolvam continuamente em busca de aperfeiçoamento e especialização. A formação contínua contribui para a formação e evolução do docente, é importante que o professor esteja sempre aprendendo e se aperfeiçoando. A formação do professor não termina com a graduação. Mas, isso tudo não irá valer de nada se o professor não tiver dedicação, criatividade, entusiasmo, paciência e que desperte o espírito da curiosidade no aluno para assim conseguir que os seus alunos demonstrem o interesse de estudar e continuar estudando. O aperfeiçoamento contínuo de professores tem um efeito positivo e contribui para melhoria da qualidade da educação.

Análise de Dados

Segundo fonte da Secretária do município, a Uesb recebe 500 milhões para colocar 20 professores no mestrado. Os professores que fazem mestrado têm direito a substitutos em sala de aula em momentos importantes. Durante a pesquisa foi possível perceber que o incentivo à titulação de professores por parte do município com a UESB. A professora A ao ser questionada sobre como soube da oferta de vagas disse que:

No primeiro momento fomos informados em uma Jornada Pedagógica da Rede Municipal de Ensino que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura com o apoio da Prefeitura Municipal, faria um convênio com a UESB e disponibilizaria 20 vagas de Mestrado para professores do município (PROFESSORA A).

A Professora B respondeu parecido” A prefeitura de Itapetinga fez um convênio com a UESB, que abriu um edital para selecionar 20 candidatos da Rede Municipal”.

A formação continuada é uma exigência para os tempos atuais. Desse modo, pode-se afirmar que a formação docente acontece em contínua, iniciada com a escolarização básica, que depois se complementa nos cursos de formação inicial, com instrumentalização do professor para agir na prática social, para atuar no mundo e no mercado de trabalho (ROMANOWSKI, 2009, p. 138).

O autor Romanowski diz que a formação continuada é uma exigência dos tempos atuais, então o município com a meta 13 do PME vem disponibilizar essa oportunidade do professor se manter atualizado para assim, ser um profissional melhor e mais capacitado.

O secretário diz sobre como funciona essa parceria “A UESB recebe 500 milhões do município para investir na formação desses profissionais”. Depois foi perguntado se a escola em que a professora lecionava dava apoio e incentivo, e ela disse que:

No ato da inscrição para concorrer a vaga de Mestrado, nós fomos informados de que não seríamos dispensados das nossas atividades escolares. Porém, todas as vezes que foi necessário me ausentar ou colocar um professor substituto para tal, eu tive o apoio e compreensão dos colegas que estavam, gestores e coordenadores das escolas que eu trabalho (PROFESSORA A).

Segundo o secretário, o professor tem direito a substituto quando necessário. Através da resposta da professora A, percebemos que ela teve sim este direito concebido, e a mesma em questão tinha apoio de seus colegas, enquanto a Professora B, disse que “Não”. Ela não teve apoio da escola em que trabalhava.

[...] a necessidade de contínuo aprimoramento profissional e de reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica, pois a efetiva melhoria do processo ensino-aprendizagem só acontece pela ação do professor; a necessidade de se superar o distanciamento entre contribuições da pesquisa educacional e a sua utilização para a melhoria da sala de aula, implicando que o professor seja também pesquisador de sua própria prática; em geral, os professores têm uma visão simplista da atividade docente, ao conceberem que para ensinar basta conhecer o conteúdo e utilizar algumas técnicas pedagógicas. (SCHNETZLER; ROSA, 2003, p.27)

Segundo Schnetzler e Rosa (2003) a formação continuada é importante para o aprimoramento profissional e fundamental para se desenvolver como tal. Quando perguntado como foi a experiência de cursar um mestrado e a importância da parceria do município com a UESB a Professora A disse:

Foi muito importante! No meu caso, ingressar em uma pesquisa acadêmica depois de mais de duas décadas de experiência profissional foi fundamental, pois eu pude conhecer o outro lado. A verdade é que adquirir conhecimento é sempre bom e muito necessário. Se você não cresce neste aspecto corre sério risco de não acompanhar e atender mais às exigências do mercado de trabalho (PROFESSORA A).

Já a Professora B, nos disse que:

A experiência, apesar de sofrida (por que não fui liberada da sala de aula), foi válida, principalmente, para aperfeiçoar e melhorar a minha prática pedagógica. Com certeza, a parceria do município com a UESB foi muito importante, oportunizando aos docentes da Rede Municipal, de se qualificarem, de transformarem as suas práticas (PROFESSORA B).

Então novamente vemos que a professora B, não teve apoio da escola, enquanto fazia o mestrado, e acredita que é importante essa parceria da UESB com o município.

Vemos que a formação continuada, e a titulação trazem ao professor conhecimentos e é importante para ele se manter e atender as exigências do mercado de trabalho como professor, é sempre bom estar atualizado. Então surgiu a seguinte pergunta. Qual a importância que esse título traz para sua carreira como professor? A professora A diz:

Eu já havia adicionado três pós-graduações ao meu currículo. Uma em Gestão Educacional, Especialização em Educação Infantil e outra em Psicopedagogia Institucional e Clínica. Certamente, foram cursos que me ajudaram muito na minha carreira profissional. Mas não saía disso e me sentia estacionada, foi quando comecei a amadurecer a ideia de voltar a estudar novamente e fazer um Mestrado. A captura de novos conhecimentos serviu para descobrir uma literatura que eu não conhecia e que está auxiliando no meu desempenho profissional. Com o mestrado passei a ver de outra forma qualquer assunto na minha vida e no trabalho especialmente, porque é na área que pesquiso. Hoje tenho um olhar crítico. Aprendi a buscar referências sólidas e a construir argumentos me apoiando nas pesquisas que já foram realizadas.

Professora B diz:

Quero ressaltar que o título é importante, mas mais importante que isso, é o conhecimento adquirido, deve ser colocado em prática, de maneira que gerem mudanças e transformações. Também a responsabilidade do educador, do docente em fazer a diferença na Educação.

Carrascosa (1996, citado por Santos & Silva, 2009): sobre o título de formação de professor relata que

[...] a formação de um professor é um processo a longo prazo, que não se finaliza com a obtenção do título de licenciado (nem mesmo quando a formação inicial tiver sido de melhor qualidade). Isso porque, entre outras razões, a formação docente é um processo complexo para o qual são necessários muitos conhecimentos e habilidades, impossíveis de ser todos adquiridos num curto espaço de tempo que dura a Formação Inicial (p.4).

A titulação trouxe a vida da professora conhecimentos, que ela não imaginava é que agora a auxilia no desempenho em sala de aula como profissional. Questionamos então como conseguiu conciliar a sala de aula e o mestrado? A professora A disse:

Claro que não foi fácil! Eume perguntava diversas vezes se eu conseguiria ser professora 40 horas e pesquisadora ao mesmo tempo. E eu chegava à conclusão que sim, porque eu olhava tudo isso como crescimento, como meio e não como fim (PROFESSORA A).

E a Professora B disse que:

Não foi fácil, mas não tive opção. Tive que conciliar. A Secretaria de Educação, no segundo ano do curso, nos dias em que eu teria aula do mestrado em Vitória da Conquista ou encontro com minha orientadora, colocou uma substituta para dar aula, apenas na terça-feira e quinta-feira, no turno matutino. Nesses dias que eu teria que ir para Vitória da Conquista,

deixava o planejamento pronto para a pessoa que ia me substituir (PROFESSORA B).

Para nenhuma das duas foi fácil conciliar o mestrado com a sala de aula, mas conseguiram chegar até o final. Ao serem questionadas se acreditavam que está meta de titulação de professores está sendo alcançada no município. A Professora A disse:

Com esses novos mestres houve um crescimento na porcentagem no nosso município, mas é um desafio e ainda falta muito para alcançar a meta. Isso exige muita disposição por parte dos gestores municipais, além de criatividade, capacidade e remanejamento de dotações. Mas exige também disposição dos gestores estaduais, porque as prefeituras precisam recorrer aos recursos dentro da dotação orçamentária adequada às realidades locais, para manter esses desafios (PROFESSORA A).

E a Professora B disse que “Sim, de acordo com o PME (2014_2024), a Meta 13 visa ampliar a proporção de mestres (40%) e doutores (20%) do corpo docente em efetivo exercício, na Rede Municipal. Isso até 2024. Mas ainda falta muito, e tem até 2024 para alcançar a meta.

Conclusão

Levando-se em conta o que foi observado conclui-se que este artigo teve como objetivo conhecer as condições que incentivam a titulação do quadro docente da UESB, contribuindo para atendimento da meta 13 do Plano Nacional de Educação e Plano Municipal de Educação.

Os resultados demonstram que o município em parceria com a Universidade Estadual do Sudeste da Bahia oferece condições que incentivam a titulação dos docentes, contribuindo consequentemente para o atendimento da meta do PNE e PME no que tange à titulação de professores da Educação Superior.

A titulação de professores é muito importante para carreira como profissional, além disso traz muitos conhecimentos que agregam a prática pedagógica do professor(a). Vimos que as professoras consideraram o mestrado muito importante, e que tiveram dificuldade para conciliar a sala de aula com o mestrado em outra cidade.

Com esse convênio entre o município de Itapetinga e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia nosso município está cada vez mais com professores com mestrado. Mas ainda é um desafio a ser conquistado, pelo que ficamos sabendo que esse projeto não está

sendo desenvolvido mais, e não formou nem metade dos professores de Itapetinga. Por isso, apesar de ser muito bom, precisa ser melhor elaborado.

Referências

BAHIA. Lei n.1275 de 22, jun. 2015; **Plano Municipal de Educação**: Itapetinga, Bahia, jun. de 2015.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.

OBSERVATÓRIO PNE. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/>. Acesso em: 20/03/2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Plano Nacional de Educação 2014- 2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 20/03/2020.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa**. Evidência: olhares pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 2002.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**.5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

Disponível em: <https://www.revistaplaneta.com.br/brasil-e-um-dos-tres-paises-com-menor-numero-de-doutores/>. Acesso em 30/10/2020.

Silva, J.da C. M. (2011). **Formação continuada dos professores: visando a própria experiência para uma nova perspectiva**. Revista Iberoamericana de Educación / Revista Ibero-americana de Educação, 55, (3).

Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/brasil-tem-um-das-piores-taxas-de-ensino-superior-do-mundo-diz-ocde/>. Acesso em: 30/10/2020.

Disponível em: <http://fapesq.rpp.br/noticias/cresce-numero-de-mestres-e-doutores-nas-regioes-norte-e-nordeste>. Acesso em: 31/10/2020.

Disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-mestres-e-doutores-quintuplica-em-20-anos-no-brasil,10000061216>. Acesso em: 25/10/2020.

SCHNETZLER, R. P. e ROSA, M. I. F. P. S. **A investigação-ação na formação continuada de professores de ciências**. Ciência & Educação, v. 9, n.1, 2003.

SOBRE OS AUTORES:

Tainá dos Santos de Souza

Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: taainasantos54@gmail.com

Jenyffer Novais Oliveira

Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. E-mail: jenylypi06@gmail.com

Rafaela Matos Dias

Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. E-mail: rafamdm16@gmail.com

Lorena de Almeida Ribeiro

Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. E-mail: wloree@hotmail.com